



PORQUE COMBATEMOS O NAZISMO: O JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ DE PASSO FUNDO E SEU DISCURSO ANTINAZISTA (1938-1945)

Ian Lucas Dalbosco Guidini¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo, inquirir sobre a disposição combativa ao nazismo, empreendida no Rio Grande do Sul durante os anos de 1938 a 1945. Em particular, pretende-se evidenciar o papel desempenhado pela imprensa estadual, e seu viés de atuação em toda uma conjuntura de confrontação ao regime nazista nas cercanias do estado. Para tanto, busca-se analisar o caso específico do jornal interiorano *Diário da Manhã* da cidade de Passo Fundo, procurando em um primeiro momento, evidenciar os horizontes históricos do veículo jornalístico, suas origens, as ideologias a qual foi cimentado e as dimensões de seu espaço de atuação, para posteriormente, elencar as representações e as principais estratégias discursivas utilizadas por este impresso, na fomentação de um ideário antinazista na cidade de Passo Fundo e região.

Palavras-chave: Imprensa. Nazismo. Rio Grande do Sul.

Sob os anos de 1938 a 1945, foram reservadas assíduas transformações no cenário político-social brasileiro. Enquanto o início do ano de 1938 perenizou o modelo político do Estado Novo e centrou Getúlio Vargas como a figura representativa da estrutura política autoritária do período, as tensões que premeditavam o estopim da Segunda Guerra Mundial tornavam-se constantes entre os países europeus. A Alemanha, cerne central das principais agitações políticas que assolavam o mundo, e conseqüentemente o partido nazista, que detinha o poder nesta nação, passaram a ser encarados de maneira mais ponderada perante as camadas políticas do governo brasileiro.

O rompimento das relações diplomáticas brasileiras com as nações que compunham o Eixo em janeiro de 1942, e posteriormente, a declaração do estado de beligerância contra estes mesmos países, também no ano de 1942, foram as motivações basilares para que os países Eixistas, em especial o Estado alemão, fossem encarados como inimigos, e se suscitasse no território brasileiro uma concepção de ojeriza às práticas políticas destes países.

¹ Acadêmico do Programa de Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: ianalboscox13@gmail.com.

Antes disto, as primeiras medidas promovidas pela “campanha de nacionalização” do governo Vargas, como o decreto n.º 383 de 18 de abril de 1938, que proibia expressamente, estrangeiros estabelecidos de maneira fixa ou em caráter temporário no território nacional, de desenvolverem qualquer atividade de natureza política, já visavam instaurar no seio da população nacional, um ideário antagonista a estas práticas, cujas doutrinas e ideologias — denominadas de “exóticas” pelos quadros do governo nacional —, propalavam-se em determinados grupos da sociedade brasileira.

Especificamente, a ideologia e o partido nazista receberam atenção redobrada dos órgãos de censura e repressão do governo Vargas, e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) o qual, obteve sua oficialização apenas em dezembro de 1939, mas que já funcionava extraoficialmente há alguns anos (TOTA, 1987), destinou sua atenção substancialmente ao papel ocupado pela imprensa no processo de refutação às ideologias e propagandas políticas do partido nazista. Jornais oficiais do partido no Brasil foram fechados, bem como, jornais cuja publicação dava-se em alemão, sob a acusação de praticarem apologia às proposições nazistas.

No sul do Brasil, e particularmente no Rio Grande do Sul, este cenário tomou proporções ainda maiores, especialmente pelo estimado número de comunidades de origem alemã presentes no estado, o que, teoricamente, representaria um perigo de “nazificação” do território sul-rio-grandense. Tal premissa, fez com que a imprensa local — sob ordenação e observância constantes do DIP —, passasse a censurar seu discurso frente ao regime nazista, e por vezes, tomar papel explícito de oposição às “práticas” e “partidários” nazistas que se organizavam no estado.

Embora os primeiros registros da atividade nazista no Brasil datem do ano de 1926 e coincidentemente oriundos da cidade de São Leopoldo, onde estabeleceram os primeiros colonos alemães no Rio Grande do Sul (SANTANA, 2001), o partido tomou expressividade no Brasil apenas no começo dos anos de 1930, e tramitou livremente entre a sociedade brasileira até ter sua atuação proibida em 1938.

A boa relação entre os governos brasileiro e alemão, estabelecida durante boa parte da década de 1930, oriunda de uma política econômica extremante profícua acordada entre os dois países, permitiu que o partido nazista operasse legalmente no território nacional, sem sofrer nenhum tipo de repressão por parte do governo brasileiro. A coibição ao partidário nazista poderia desestabilizar as relações entre os dois países, o que não era visto com bons olhos pelo governo brasileiro, que evitava, de todas as maneiras, gerar qualquer espécie de atrito com os alemães, já que até o ano de 1938 o intercâmbio comercial entre os dois países representava cerca de 25% do total de importações brasileiras oriundas da Alemanha, enquanto as exportações alcançaram números

significativos, com o algodão brasileiro ocupando papel de destaque na demanda alemã (GERTZ, 1987).

As fecundas relações econômicas acordadas entre ambos os Estados, refletia no campo político, com Vargas regularmente colaborando com as campanhas de “auxílio ao inverno” promovidas pelo governo alemão — enviando volumosas cargas de café para o país —, e com acordos de cooperação e treinamento entre a polícia brasileira e a GESTAPO² (GERTZ, 1987). Tal aproximação entre os dois países era entendida como benéfica pelo governo brasileiro, pois, representava uma maior concorrência no mercado econômico nacional entre a Alemanha e os Estados Unidos.

No entanto, esta conjuntura de simples cordialidade entre os dois países, passa a ser sistematicamente questionada por alguns pesquisadores. René Gertz chama a atenção para uma empatia existente entre a classe política do governo de Getúlio Vargas e o regime nazista: “Até 1938, quando foram tomadas a nível nacional as primeiras medidas contra teutos e contra as atividades do grupo nacional-socialista no Brasil, o governo brasileiro demonstrou simpatia crescente em relação ao regime nacional-socialista” (GERTZ, 1987, p.63).

Estas relações amistosas estabelecidas entre o Brasil e Alemanha, passam a estremecer-se em virtude das primeiras medidas da “campanha de nacionalização” do governo de Vargas, que visava instaurar no bojo da nação brasileira uma concepção de identidade cultural uníssona e homogênea do que, segundo os quadros governamentais, entendia-se por brasilidade, o que afetaria diretamente as comunidades de origem alemã, e posteriormente, as células do partido nazista no país. A ruptura dos vínculos estabelecidos entre os dois países viria a ocorrer anos mais tarde, em janeiro de 1942, quando o Brasil rompe relações com os países que compunham o Eixo, seguindo orientações acordadas na 3ª Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores, realizada no Rio de Janeiro (TOTA, 1984, p.53).

Segundo dados levantados pela pesquisadora Ana Maria Dietrich (2007), o partido nazista fez-se presente em 17 estados brasileiros, com uma constância mais expressiva nos estados com maior número de colônias alemãs, especificamente, as regiões sul e sudeste. Ao todo, a autora afirma que 2.900 alemães eram filiados à sucursal brasileira do partido, representando a segunda maior célula partidária nazista entre os 83 países existentes à época, atrás apenas da Alemanha.

Cabe-se de ressalva, que seguindo os regimentos ordenados pela matriz da *Auslandsorganisation der NSDAP*³⁴, apenas os chamados *Reichsdeutsche* (alemães do

² *Geheime Staatspolizei* (Polícia Secreta do Estado), polícia política do governo nazista, que operava sobre tutela da *Schutzstaffel* (SS).

³ Organização do partido nazista no Exterior.

Reich) cidadãos propriamente ditos do 3º *Reich*, imigrantes do segundo grande fluxo imigratório da Alemanha (dado nas primeiras décadas do século XX), poderiam ocupar os quadros do partido no Brasil, pois, segundo os próprios, carregavam consigo um vínculo de pertença maior com a “pátria mãe”, o que os diferenciava dos descendentes de alemães, ou teuto-brasileiros aqui radicados, ou como eram chamados pelos alemães de nascimento, *Deutschbrasilianer* (alemães brasileiros) ou *Volksdeutsche* (alemães do povo), indivíduos que não eram cidadãos do 3º *Reich*, mas que segundo as fronteiras de nacionalidade a qual os nazistas operavam — *jus sanguinis* —, eram considerados alemães, sendo concomitantemente, a partir do princípio de nacionalidade operado pelo Brasil — *jus solis* — cidadãos brasileiros. Estes, imigrantes oriundos do primeiro grande fluxo imigratório de alemães ao Brasil (dado nas primeiras décadas do século XIX e intensificado na segunda metade do mesmo século), já se encontravam em sua 2ª ou 3ª geração e embora prezassem pela manutenção de diversos hábitos de sua cultura de origem, sua distância geográfica e temporal, promovia relevantes mudanças culturais em relação às da “pátria mãe”, como o uso mesclado da língua alemã com o português, e por vezes, o casamento com indivíduos de diferentes etnias, o que comprometeria a fidedignidade cultural ariana e a política eugenista defendida pelo partido nazista (DIETRICH, 2007).

O Rio Grande do Sul, segundo Moraes (1996) ocupava o cargo de 4º maior estado com presença de membros do partido nazista no Brasil, com 439 partidários, atrás de São Paulo (785) Santa Catarina (528) e Rio de Janeiro (447). Cifra esta, relativamente pouco expressiva, se considerarmos que o número de alemães presentes no estado, segundo o censo de 1940 (não incluídos os teuto-brasileiros) era de 15.279 indivíduos (DIÉGUES, 1964 *apud* GERTZ, 1987, p.18).

Embora o número de partidários nacional socialistas no estado não galgasse cifras exorbitantes, a repressão ao nazismo no Rio Grande do Sul deu-se de maneira muito contundente, compreendendo sobretudo, as medidas instauradas pelo governo Vargas, em seu percurso da “campanha de nacionalização” de todos aqueles residentes no território brasileiro, iniciada nos primeiros meses de 1938. Desta forma cabe-se colocar, que a coibição às práticas nazistas não se deteve apenas aos anos pós 1942, quando acontece o rompimento das relações brasileiras com os países que compunham o Eixo, e a posterior declaração de estado de guerra, onde a Alemanha passara a ser encarada como Estado inimigo, mas advém desde o início do Estado Novo e da “campanha de nacionalização”, quando procurou-se reprimir quaisquer manifestações culturais e políticas tidas por “exóticas” do território nacional.

⁴ NSDAP - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*; Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães; vulgo partido nazista.

As medidas de represália a esses comportamentos tidos por “exóticos”, compreenderam condutas mais resolutas no Rio Grande do Sul, se comparado a outros estados do norte e nordeste do território nacional, pois tal intento, “[...] dependia de constelações políticas, sociais e econômicas locais, da qualidade e do posicionamento das autoridades do lugar e de alguns outros fatores” (GERTZ, 2005, p.153).

Esta posição, sustenta-se no fato de que no Rio Grande do Sul, muitas daquelas consideradas “minorias ou quistos étnicos”, não totalmente inseridas na “cultura brasileira” definida pelo governo do Estado Novo (imigrantes europeus, como alemães e seus descendentes por exemplo), possuíam relativa organização social em algumas comunidades, principalmente no interior do estado, sendo que em alguns casos, constituíam a maioria da população de determinados municípios.

A idealização inicial da “campanha de nacionalização” do governo Vargas, era dispor suas medidas de maneira gradativa na sociedade brasileira, destinando suas atenções em um primeiro momento, a uma construção dos fundamentos da nacionalidade brasileira nas escolas do país. No entanto, com a expansão do terceiro Reich e o medo generalizado que inspirava as proposições do partido nazista, o propósito harmonioso e gradativo, com o qual intencionava-se integrar as minorias étnicas — especialmente àquelas de origem alemã — na concepção imagética de brasilidade, sofre uma guinada vertiginosa, com suas atenções sendo direcionadas, também, a diversas áreas das comunidades alemãs, como cultos, repartições públicas, reuniões sociais e até mesmo em domicílios, com o intuito de combater e reprimir, qualquer manifestação simpática às causas nazistas nas circunstâncias do estado (KIPPER, 1979).

Em Passo Fundo, cuja formação social se constituiu a partir de influências pluriétnicas, sem a presença mais hegemônica de algum grupo social (como alemães ou italianos e seus descendentes por exemplo), as ações da “campanha de nacionalização” voltaram-se muito mais para o âmbito escolar, onde o quadro docente passou a ser acompanhado pelo Sr. João D. Azevedo Siqueira, delegado educacional nomeado diretamente pelo interventor do estado (SPENTHOF, 2002).

O caráter nacionalizador da campanha, teve variações consideráveis, se comparado for, as medidas empreendidas contra descendentes alemães e italianos por exemplo. Segundo René Gertz (2005), tal cenário, deve-se a uma pressuposta tradição difundida no território nacional, de maior simpatia para com os imigrantes italianos, em relação aos imigrantes de outras etnias.

O próprio governo de Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor federal do estado nos anos de 1938 a 1943, destacou-se pelo tratamento descomedido aplicado aos indivíduos de origem alemã. Impulsionado pelas premissas da campanha de “nacionalização”, o combate

e represália aos denominados “quistos étnicos” emergiu como foco central das ações político-administrativas de seu governo.

Sua administração, aparentemente, não se caracterizou por um grande dinamismo. Uma parte muito significativa de suas energias, de fato, foi gasta com questões “etnográficas-internacionalistas”, isto é, a caça a supostos *germanistas* e nazistas, e a “nacionalização” dos gaúchos “alienígenas”, já que tinha uma fixação pela destruição dos “quistos étnicos” (GERTZ, 2005, p.28 grifo nosso).

Violências desnecessárias e coercitivas compuseram o cotidiano dos funcionários policiais do governo de Cordeiro de Farias, a fim de garantir a eficiência da campanha. O fantasma do “perigo alemão” fora um artifício construído para cristalizar no imaginário popular uma ideia de ameaça a ordem e soberania nacional, o que cativaria adesão e coesão interna e legitimaria as idealizações propostas pelo governo nacional. Tal propósito, teria ressonância direta nos membros das comunidades germânicas. O temor da violência e pela ideia de ser considerado antipatriota pairavam nos pensamentos destes indivíduos, já que sob a ótica do governo, estes “carregavam como crime a ‘cidadania alemã’/origem alemã e, portanto, eram considerados potencialmente propensos a se tornarem nazistas, representando um perigo à segurança nacional” (NEUMANN, 2003, p. 157).

Embora na região passo-fundense, segundo Spenthof (2002), até o ano de 1937 tenham se instalado cerca de 150 famílias cujos membros eram alemães ou teuto-brasileiros, as medidas repressivas e restritivas praticas pelo governo do estado, contra as atividades de estrangeiros, não se fizeram presentes no mesmo teor que em outras localidades do estado. Segundo conclusões deste mesmo autor, não se conseguiu perceber na região de Passo Fundo, medidas mais radicais, que pudessem configurar um grau de xenofobia mais evidente em relação aos indivíduos de origem germânica.

Ainda segundo Spenthof (2002), os direcionamentos da “campanha de nacionalização” na cidade, voltaram-se muito mais para uma valorização daquilo que era nacional, do que uma perseguição àquilo que era estrangeiro, com suas ações voltadas majoritariamente ao âmbito educacional. Até mesmo neste aspecto, as ações “nacionalizadoras” foram desempenhadas sem a perspectiva do confronto, apresentando certos graus de adaptação, visto que mesmo em meio a todo o processo da “campanha de nacionalização” empreendido mais especificamente em Passo Funfo no contexto educacional, algumas escolas da cidade com o grupo Notre Dame, continuaram a manter em seus quadros professoras nascidas na Alemanha.

Ainda sim, cabe-se tencionar, que os indivíduos de origem alemã, constituíram o cerne central das atividades de circunspeção da política de “nacionalização” no estado. Tal pensar encontra legitimidade, se levarmos em conta as acepções imaginárias tidas no

período acerca dos estados sulinos, pois segundo Gertz “a bibliografia de origem política e policial da época mostra que se partia da pressuposição de que quase a totalidade da população do Rio Grande do Sul e em especial de Santa Catarina era nazista” (GERTZ, 1987, p.87).

Por certo, havia constatações da existência nas comunidades alemãs de atividades partidárias nazistas e de determinadas manifestações simpáticas às causas do regime nazista, sendo esta, “a tônica geral entre os “germanistas”: fazia-se referências a Adolf Hitler e à doutrina nazista, mas combatia-se a arrogância e as atividades e manifestações dos ‘partidários’, quando ultrapassavam os limites dentro dos quais o *Deutschtum*⁵ se propunha a trabalhar” (GERTZ, 1987, p.96).

Nota-se assim, de certa forma, um comportamento dualista nas camadas germânicas presentes no estado: enquanto os membros dos quadros partidários agiam de maneira ostensiva em suas manifestações em prol do regime nazista, os indivíduos “teuto-brasileiros”, que não compreendiam linhas filiatórias do partido nazista, procuravam exercer ações opositoras às práticas radicalistas dos partidários, à medida que suas manifestações públicas de empatia pelo regime, transvestiam-se de um comportamento que prezava pela manutenção e preservação do germanismo, das matrizes culturais alemãs em voga no período, o que de fato, englobaria os anseios nacionalistas propagados pelo governo nazista, mas se procurava reiteradamente repelir qualquer exibição idealizada sob um véu partidário.

Tal distinção, não fora considerada pelo governo do estado, pois, submerso em seus anseios, “a identificação que o nazismo estabelecia com o germanismo foi construída às avessas pelo governo gaúcho, que os confundia. Para construir o nacionalismo do Estado Novo, era preciso identificar e exterminar o exótico” (FACHEL, 2002, p.165).

Conseqüentemente, independente de compor ou não os quadros políticos do partido nazista no estado, qualquer traço cultural germânico poderia ser usado como forma de legitimar ações de repressão e comprovar a presença da ideologia nazista entre os membros das comunidades alemãs. Fosse apenas por conversar em alemão em público, ou até mesmo, ler um jornal de língua alemã (GERTZ, 1987).

O uso dos meios de comunicação disponíveis à época (principalmente o rádio e a imprensa) basearam as políticas hostis praticadas nas comunidades alemãs, legitimando comportamentos agressivos por parte da polícia política do Estado Novo. O próprio chefe de polícia do estado durante o governo de Cordeiro de Farias, o senhor Aurélio da Silva Py, admitiu, no que dizia respeito às comunidades germânicas, que fora “[...] lançada contra os alemães uma campanha sistemática por meio da imprensa” (PY, 1940, p.21).

⁵ Conceito que costuma ser traduzido como *germanismo*. Refere-se sumariamente ao empenho pela conservação dos costumes e tradições alemãs (GERTZ, 1987 p. 93).

Desta maneira, o discurso propagado pela imprensa sul-rio-grandense — fosse ele oriundo da declaração do estado de beligerância e do rompimento de relações ante a Alemanha em 1942 ou impulsionado pelas medidas de caráter “nacionalistas” empreendidas pelo governo do Estado Novo — aflorou como um importante canal de combate e refutação às ideologias, ao partido e aos partidários nazistas no estado.

Por mais que pesquisadores como Moraes (1996) apontem para a existência de cerca de 5 militantes filiados ao grupo brasileiro do partido nazista, não encontramos nenhuma informação ou dado empírico que corrobore com tal prerrogativa. No entanto, as ações desempenhadas pelo governo ao nível estadual, encontravam respaldo nas publicações da imprensa local, que a partir do desencadear das ações “nacionalizadoras”, passou a endossar o discurso de ameaça do “perigo alemão” no estado. Neste momento, com o esboçar da questão colonial alemã, e o cerceamento constante praticado ante os indivíduos de origem germânica, a Alemanha, “começou a ser pintada com outras cores pela imprensa local” (SPENTHOF, 2002, p.118).

Partindo desta premissa, cabe destacar, que o horizonte de atuação do jornal *Diário da Manhã*, alicerçado sob os condicionantes que pautavam o período citado, contribuiu sistematicamente, na legitimação destas políticas repressivas e na construção frente as camadas cívicas da região passo-fundense, de um ideário acerca do regime e da ideologia nazista.

O jornal, não possuía ressalvas em seus discursos, emergindo desde os primórdios da campanha de nacionalização, como um periódico que buscava em suas publicações, combater de maneira ferrenha as alegações e manifestações de cunho nazista inferidas no estado.

Passando a ser publicado em 28 de novembro de 1935, o jornal *Diário da Manhã* surgiu como o primeiro jornal de publicação diária da cidade de Passo Fundo, de oficina extremamente modesta, funcionava apenas como uma tipografia e uma máquina *Marioni* acionada manualmente. Logo, tornou-se um dos principais veículos informativos da região norte do estado, com seu modelo editorial vindo a servir de exemplo para vários outros jornais que surgiriam posteriormente na região (DIÁRIO DA MANHÃ, 28.11.1985).

O *Diário da Manhã* possuía na figura de Túlio Fontoura⁶, seu fundador e diretor à época, o principal influente de sua política editorial. Túlio constituiu uma extensiva carreira no meio jornalístico do estado, antes de decidir fundar seu próprio veículo de notícias. Começou como repórter policial em 1922 no jornal *A Manhã* de Porto Alegre, após o fechamento deste, passou ainda pelos jornais *A Federação* e *Correio do povo*, da mesma cidade, antes de mudar-se para Passo Fundo em 1926 onde viria a trabalhar no semanário

⁶ Sant'Ana do Livramento, 22/02/1905 | Porto Alegre, 17/09/1979.

A *Gazeta* até 1930. Posteriormente em 07 de maio de 1931 funda na cidade, seu primeiro jornal, o semanário *A Luta*, que circulou por pouco tempo antes de ter suas portas fechadas em definitivo em 1932, por ordem direta do interventor federal Flores da Cunha — por posicionar-se de maneira contrária à política praticada por Getúlio Vargas à época. Em 1933, de volta a Passo Fundo após passar um período de seis meses detido no Rio de Janeiro, Túlio retoma as funções jornalísticas, trabalhando como correspondente na cidade para o jornal *A razão*, para assim, só depois em 1935, fundar o *Diário da Manhã* (DIÁRIO DA MANHÃ, 03-04.12.2005).

Em seu primeiro editorial, o *Diário da Manhã* deixa claro sua posição enquanto um

Orgão [SIC] de severa independência [SIC] equidistante dos partidos em lucta [SIC], alheio as contendas religiosas, infenso a extremismos, qualquer que seja, sua forma [SIC] e modalidade, procurará, invariavelmente, auscultar os desejos e anseios [SIC] da colectividade [SIC], ser intérprete [SIC] fiel de suas aspirações, defensor extremo de seus direitos (DIÁRIO DA MANHÃ, 28.11.1935, p.4).

Túlio Fontoura era visto por seus próximos como uma figura decidida, “um homem que não possuía duas opiniões sobre um mesmo assunto”, alguém que zelava pela profissão de jornalista como alguém que cumprira “sua grandiosa missão de informar” de “instruir” e “educar”. Para Túlio, “[...] o verdadeiro e sadio jornalista se ocupa, também da política, não se deixa levar pelo canto da sereia [...] comunga e colabora com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com as autoridades no saneamento moral e social” (DIÁRIO DA MANHÃ, 03-04.12.2005, p.2).

As engajadas opiniões jornalísticas de Túlio Fontoura transpassavam à redação do *Diário da Manhã*, que através das publicações veiculadas no jornal, procurava alertar e combater de maneira contundente, desde o início de 1938, sobre as ameaças a ordem social vigente, que a ideologia e os “simpatizantes” nazistas poderiam causar à sociedade rio-grandense. Embora não tenhamos percebido um empenho intensivo por parte do jornal, que comprovasse — por meio da publicação de documentos, fotografias ou de outros elementos comprobatórios — a culpabilidade iniludível daqueles indivíduos acusados de práticas simpáticas ao regime nazista, a ostensividade do discurso veiculado, veio a fornecer, um certo subsídio e legitimação pública, às ações hostis e repressivas praticadas pelo Estado Novo.

Determinado comportamento, vem a ser contraproducente se comparado a uma afirmativa do próprio jornal, quando em um especial de 50 anos de criação do jornal publicado em 25/11/1985, publica-se um pequeno editorial, que fazendo referência aos desdobramentos advindos junto a 2ª Guerra Mundial e as medidas de represália praticadas contra alemães e teuto-brasileiros, procura exaltar, que quando as medidas de represália na

cidade assumiam proporções injustificáveis contra os cidadãos de descendência alemã, foi sob a ação de Túlio Fontoura e de seu jornal pessoal por “ação firme e decidida” e sob “argumentos irretorquíveis”, que injustiças foram evitadas que visariam indivíduos já radicados na cidade (DIÁRIO DA MANHÃ, 28.11.1985), sendo que tamanha aplicação cívica, não fora percebida em desdobramentos de caráter semelhante.

As verbalizações de antipatia e ojeriza às práticas e aos praticantes nazistas percebidos no estado, e reproduzidas pelo jornal, foram expressas em diversas matérias durante o período de 1938 até 1945, onde críticas e denúncias aos indivíduos nazistas e quintacolonistas⁷ – especialmente os nacional socialistas – eram proferidas.

Uma das hipóteses que justificariam tamanho engajamento do jornal sob a temática do antinazismo, pode ser levantada a partir de uma curta matéria veiculada no jornal *A Razão* de Santa Maria, que informa sobre a criação em Passo Fundo, de um núcleo municipal do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e que Túlio Fontoura, fora nomeado por Artur Ferreira Filho – prefeito da cidade à época – como diretor do departamento (A RAZÃO, 11.09.1940, p.2), o que supostamente, o tornaria um indivíduo que pactuava com as proposições políticas repressivas e autoritárias de Vargas, já que integrava uma dissidência de um dos órgãos de maior relevância do regime Vargasista. No entanto tal suposição possa vir a ser questionada, se levarmos em conta o relato biográfico de Túlio Fontoura redigido por Alady Berlese de Lima e veiculado em um caderno especial do *Diário da Manhã* sobre Túlio, onde este afirma, contundentemente, que Túlio definia-se como um “democrata convicto” e um ávido opositor as políticas autoritárias de Vargas, a quem Túlio, “[...] sempre combateu através dos editoriais [...] ao mesmo tempo em que fazia uma defesa intransigente da liberdade de imprensa” (DIÁRIO DA MANHÃ, 03-04.12.2005, p.7;10).

Fato é, que as notícias que englobavam a temática referente ao regime nazista em sua conjuntura estadual, passaram a ocupar, espaços cada vez mais sequenciais nas veiculações do periódico. A primeira publicação percebida fora veiculada em 19/04/1938, sob o título de “*As Atividades Nazistas em Carazinho*”, que relata um caso de distribuição de impressos que segundo afirma o periódico, serem de propaganda nazista, pelo senhor Frederico Thies, este de nacionalidade alemã, e radicado na referida cidade. A notícia em sua conclusão, visa orientar o delegado de polícia de Carazinho, a solicitar junto ao governo do estado, um número maior de auxiliares, a fim de combater de maneira mais absoluta

⁷ No território brasileiro, a expressão “Quintacoluna” era usada para designar os imigrantes ou descendentes japoneses, italianos ou alemães que possuíam qualquer vínculo partidário/ideológico “estrangeiro”. Segundo Dezem, “o termo era usado para designar o agente ou simpatizante de uma das partes da guerra e que realizava atos de subversão e sabotagem no próprio território inimigo. A expressão originou-se da Guerra Civil Espanhola, servindo para designar os anti-republicanos que viviam em Madrid, simpatizantes das quatro colunas franquistas que marchavam sobre a cidade” (DEZEM, 2000, p.38, apud DIETRICH, 2007, p.32).

“aqueles que procuram fazer propaganda de ideologias estrangeiras [SIC] inadatáveis [SIC] ao nosso meio” (DIÁRIO DA MANHÃ, 19.04.1938, p.2).

Este modelo de publicação, seguia-se, mesmo no período em que o Brasil encontrava-se neutro frente a conflagração europeia e onde a imprensa nacional, era orientada a tomar uma postura neutra junto aos países envolvidos no conflito.

As verborragias praticadas nos escritos do jornal, passaram a ser empenhadas com um tom mais enérgico nos anos que se seguiam. Como pode-se perceber nas notícias, “*Preso em Passo Fundo um agente nazista*” (DIÁRIO DA MANHÃ, 29.06.1938, p.4); “*O vice consul [SIC] alemão de José Bonifácio já visou os passaportes para regressar a sua pátria*” (DIÁRIO DA MANHÃ, 20.05.1939, p.4); “*O Nazismo em José Bonifácio*” (DIÁRIO DA MANHÃ, 09.08.1939, p.1) e “*Guerra aos inimigos do Brasil*” (DIÁRIO DA MANHÃ, 21.11.1941, p.2), adjetivações taxativas à ideologia nazista, definindo-a como um “regime de tirania, despotismo, chibata e machado” ou referenciando-a como “ideologia esdrúxula”. Já aos “simpatizantes” nazistas, eram atribuídas alcunhas como “inimigo da pátria”, “inimigo extremista”, “inimigo interno”, dentre outros.

Com o advento do ano de 1942, os discursos que incitavam um tom combativo ao regime nazista, adquirem determinada sobrelevação nas páginas do periódico. A justificativa para tal empreitada discursiva – além da declaração de guerra brasileira – pode ser compreendida sobre dois paradigmas basilares: o primeiro, uma das resoluções estabelecidas na ata final da III Conferência dos Chanceleres Americanos, ocorrida no mês de janeiro de 1942, onde ficou acertada a execução, por parte dos países do continente, de uma série de medidas de ordem policial e jurídica, que viesse a suplantar atividades subversivas promovidas por meio de nacionalistas do Eixo ou simpatizantes; uma outra justificativa, encontra-se nas ordenações políticas propagadas pela Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente, comissão esta, criada em abril de 1942, oriunda de uma das resoluções instituídas na Conferência, e que visava, em seu campo de atuação, propor aos países americanos medidas de caráter repressivo a qualquer manifestação de favorecimento às concepções políticas dos países Eixistas, e que pudessem desestabilizar a ordem social vigente no continente. Entre tais medidas, destacam-se: fechamento de associações; restrições ao trânsito interno; registro dos indivíduos naturais dos países Eixistas frente as autoridades brasileiras; entre outras (ARGUELHES, 2015).

A partir das medidas empreendidas pelo governo brasileiro, a temática referente aos países e “simpatizantes” do Eixo, e por decorrência ao regime nazista e seus “seguidores”, tomou proporção noticiosa mais elevada, por conta de sua recorrência, o que viria a justificar a assiduidade discursiva empenhada pelo *Diário da Manhã*. A contundência do discurso

publicado pelo periódico, passa a vir acompanhada de juízos de valor e alcunhas que estampam um tom mais resolutivo de ojeriza à prática nazista. Aqueles denunciados por apologia ao regime Hitlerista, sofrem processos ignominiosos de execração pública por parte do jornal.

A partir deste momento, os simpatizantes Eixistas passaram a ser referenciados pela expressão de “quintacolonistas”, termo de caráter mais generalizante, mas que na prática — nos editoriais publicados pelo periódico —, majoritariamente, buscavam fazer referência aos “simpatizantes” nazistas em específico.

Os indivíduos “quintacolonistas”, sofriam represálias constantes, isto porque, o periódico possuía uma visão clara e uma sobre o que representava à sociedade, o sujeito tido por membro da quintacoluna:

O quinta-colunista [SIC] é a encarnação mais perfeita da traição, da covardia, da baixa moral, e da solércia. O combate contra esse elemento desagregador deve ser constante, sem tréguas, com a maior energia possível, para evitar que eles nos preparem as cenas dantescas que tiveram por palco a Polônia, a Noruega, a Holanda, a Bélgica e a França, hoje transformada em colaboradora da “nova ordem” instituída na Europa pela bota ensanguentada desse estadista de camisa parda que se chama Hitler (DIÁRIO DA MANHÃ, 10.03.1942, p.3).

Torna-se de lugar-comum nas publicações do periódico, discursos de teor mais hostil aos quintacolonistas nazistas. Tal intento, pode ser percebido nas notícias, “*A Alma do brasileiro vibrou em Santa Maria*” (DIÁRIO DA MANHÃ, 11.03.1942, p.4); “*A juventude passofundense [SIC] em luta aberta contra o quinta-colunismo*” (DIÁRIO DA MANHÃ, 09.08.1942, p.5); “*O delegado de Santo Ângelo é o vanguardeiro no combate ao quinta-colunismo [SIC] no Rio Grande do Sul*” (DIÁRIO DA MANHÃ, 02.02.193, p.7); onde colocações como “tirania totalitária”, indivíduo “agressor e insolente, perigoso e solerte” e “barbarismo totalitário que tenta varrer da terra todas as mais caras e sagradas conquistas que o homem acumulou através dos séculos”, são atribuídos à prática quintacolonista nazista e aos seus “simpatizantes”.

A publicação de 18 de julho de 1942, intitulada “*A hidra de mil cabeças*”, traz um aspecto interessantes da eloquência e ojeriza praticados pelo jornal frente a “ameaça nazista”. Em um trecho da publicação, o jornal busca fazer um comparativo entre os quintacolonistas nazistas e uma serpente, que apenas espera o momento certo para dar golpe derradeiro. Nas palavras do jornal, o indivíduo quintacolonista se assemelha a um “viscoso e traiçoeiro réptil, que se arrasta, solerte, no escuro, disposto a todo o momento desperir [SIC] a picada venenosa contra o organismo nacional” (DIÁRIO DA MANHÃ, 18.07.1942, p.2).

A espetacularização discursiva, em determinados noticiários, também comporia a estratégia de refutação ao nazismo, empenhada pelo periódico. Nota-se em um editorial intitulado “*Está na cadeia o quisling de Passo Fundo*” (DIÁRIO DA MANHÃ, 08.02.1942, p.6), todo um processo eloquente de ojeriza a prática nazista, e toda a comoção dada pelo jornal frente ao tema. A matéria veiculada em 08 de fevereiro de 1942, ocupa todo o espaço da 6ª página do jornal, sua manchete é destacada em letras garrafais de tamanho expoente, procurando dar ênfase e ressaltar a barbárie praticada por um indivíduo “retovado que traía sua pátria a serviço de uma potência estrangeira [SIC]”. Seu conteúdo discursivo, aborda a prisão do senhor Willibaldo Neuhaus, cidadão radicado em Passo Fundo, mas nascido no município gaúcho de Estrela, comerciante, que junto de seu pai, fundara na cidade a Augusto Neuhaus & filho, empresa que galgava de certo crédito junto a sociedade passo-fundense.

Segundo apura a publicação, Willibaldo era uma figura que por anos, desfilou nas cadeiras da Ação Integralista Brasileira, chegando a chefiar o núcleo local do partido. Após a proibição da participação de partidos extremistas nos desdobramentos da política nacional, Willibaldo retira-se da militância do partido, mas sem abandonar sua empatia às políticas de cunho totalitário. A publicação segue informando que Willibaldo nutria profunda aversão à regimes democráticos e sempre que possível procurava doutrinar seus amigos e familiares em torno das políticas totalitárias praticadas pelos países Eixistas.

Sua prisão, fora efetuada, após o senhor Oscar Alfredo Klein, delegado de polícia da cidade, encontrar sob seus domínios, uma série de folhetos propagandísticos da Itália e Alemanha. Segundo informa o delegado, o material era recebido pelo consulado alemão de Porto Alegre, repassado ao vice-cônsul alemão de José Bonifácio⁸ para posteriormente ser distribuído a Willibaldo e demais quintacolonistas. Além do material de propaganda, o delegado Alfredo Klein, encontrou nas dependências da residência de Willibaldo, uma moldura de bronze, com os rostos de Hitler, Goebbels e Goering em relevo. Após a prisão o “miserável traidor” seria remetido a capital do estado juntamente com o material probatório apreendido.

Embora em momento algum – mesmo nos dias subsequentes – o periódico buscou publicar fotografias do material apreendido que pudessem comprovar indubitavelmente a ação traiçoeira de Willibaldo, a simples espetacularização e entonação do fato, serviria como estratégia para auxiliar no fomento de um medo social entre os assinantes do jornal, às práticas políticas totalitárias, como o nazismo por exemplo, evidenciando assim, como tal ameaça permeava pelas cercanias da região e do estado.

⁸ Atual cidade de Erechim.

O empenho combativo às práticas nazistas e sua possível erupção no estado, jamais foram negadas pelo *Diário da Manhã*, já que o próprio admitia em suas manifestações, ser um ávido combatente das práticas nazistas, como pode ser percebido em uma das publicações do jornal, intitulada “*Porque combatemos o nazismo*”, em que busca justificar a ojeriza praticada pelo veículo à prática totalitária alemã, expondo que o “cerceamento da liberdade da ação e de pensar” a qual submetem-se os povos submissos a regimes totalitários como o nazismo, “tornando-se escravos de interesses inconfessáveis” destes regimes, que “abastardam e aviltam a dignidade humana, corrompendo o caráter, desfibrando o civismo dos povos”, onde tais governantes tomando o poder para si, e dirigem os povos “como se fossem animais irracionais” soam como os principais motivos para as classes editoriais do jornal serem sempre “adversários intransigentes do nazismo” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17.06.1943, p.2).

Desta forma, entende-se que, compreendida em um período onde os meios de acesso a informação eram escassos, o que dificultava abordagens mais pluarais de diferente veículos de informação, sobre um mesmo eixo temático, a imprensa, como nos indica Juarez Bahia, desempenhara um papel substancial nos processos de composição da opinião pública, pois segundo este, “[...] no começo do século XX, a imprensa era mais poderosa numa sociedade menos pluralista e na qual a informação se apresentava menos concentrada. Havia uma dependência maior da sociedade em relação à opinião escrita do que contemporaneamente” (2009, p.238).

Compreendendo a posição ocupada pela imprensa como um dos principais meios de acesso à informação da população sul-rio-grandense, torna-se válido conferir, que as representações imputadas pela imprensa, ou pelo veículo impresso aqui citado, neste caso, fossem elas, oriundas das medidas “nacionalistas” do governo Vargasista, ou proclamadas em virtude da Alemanha ser classificada como Estado inimigo, desempenharam um papel considerável de instância informativa sobre determinado eixo temático.

Partindo desta premissa, torna-se oportuno considerar, que os discursos publicados pelo jornal *Diário da Manhã*, e propagados a partir de determinadas estratégias discursivas, influenciadas majoritariamente pelas posições pessoais de seu dono e editor, contribuíram de maneira singular, em um processo de confrontação e repressão à prática totalitária alemã nas camadas cívicas da sociedade passo-fundense e nas demais cidades e distritos coadunados àquela região, que inseriam-se nos horizontes de atuação do periódico.

Referências Consultadas:

A Razão, Santa Maria, 11 nov. 1940.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. **A III Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942: O ponto decisivo da política externa Getulista.** *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos UFF*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 2015, dez., pp.73-103.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira.** 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 28 nov. 1935.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 19 abr. 1938.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 29 jun. 1938.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 20 mai. 1939.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 21 nov. 1941.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 08 fev. 1942.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 10 mar. 1942.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 11 mar. 1942.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 18 jul. 1942.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 09 ago. 1942.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 02 fev. 1943.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 17 jun. 1943.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 28 nov. 1983.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 03-04 dez. 2005.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil.** Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul.** Pelotas: UFPEL, 2002.

GERTZ, René. **O fascismo no Sul do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

KIPPER, Maria Hoppe. **A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945).** Santa Cruz: Apesc, 1979.

MORAES, Luís Edmundo de Souza Moraes. **Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional.** Rio de Janeiro. Dissertação (Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

NEUMANN, Rosane Márcia. **“Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!”: as colônias germânicas e a campanha de nacionalização.** Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

PY, Aurélio da Silva. **O nazismo no Rio Grande do Sul: 1º relatório.** [s.l.]: [s.n.], 1940.

SANTANA, Nara. **O Estado Novo e a repressão ao nazismo no Brasil.** *Dimensões.* Espírito Santo, v. 13, [s.n.], 2001, dez., pp. 157-162.

SPENTHOF, Odair José. **Nacionalização, resistência e adaptação**: Alemães em Passo Fundo e Carazinho durante o Estado Novo. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.